

Ata da Reunião Ordinária do mês de Fevereiro de 2021 do CEDM/PR

Aos nove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e quinze minutos em primeira chamada, por web conferência; **Abertura** – A Secretária Executiva Fernanda Marchione, inicia a reunião dando as boas vindas a todas as conselheiras e faz a chamada inicial; **Conselheiros Representantes Governamentais:** Titular: Mara Sperandio – SEJUF/DGDM; Suplente: Tânia Mara Domingues; Titular: Jussara Fatima Ribeiro - SEAS; Titular: Dineia Alves de Freitas - SETI; Titular Ana Claudia Machado-SESP; Titular: Kamila Conte Kunz - SEDU; Titular: Ana Zaiczuk Raggio - SEJUF/DEDIF; Suplente: Michelle Leite Carolo; Titular: Joseli Collaço; Titular: Carolina Bolfe Poliquesi; **Conselheiros Representantes da Sociedade Civil:** Titular: Maria Isabel Correa-UBM; Titular: Carmen Regina Ribeiro – RFS; Eunice Teiko -CUT/PR; Titular: Maria Elvira Araujo - FAMOPAR; Titular: Terezinha Andrade Possebom - HUMSOL; Titular: Gabriela Storgatto - Grupo Dignidade; Titular: Clarice Weisheimer - FETEC; Titular; Isabela Candeloro Campoi - UNESPAR; Titular: Rosalina Batista - ASSEMPA; Suplente: Karen Eduarda - CRP; Suplente: Marceli de Camargo - CIAF; Suplente: Silvana Rausis Fcachenco – FAMOPAR; Suplente: Maria Inesz Barbosa Marques – UNESPAR; Titular: Celia da Silva Leonardo – RMN/PR; Suplente: Marcia Aparecida de Oliveira – APP; **Colaboradores e Convidados:** Ana Paula Gorgen - Procuradoria da Mulher – ALEP; Janaina de Oliveira Plasido - MP; Vanessa Fogassa – NUDEM; Debora Prodella – NUDEM; Franciele Castro – SINDIMOVEC; Rosimari - SINDIMOVEC; Alessandra Abraão - ALEP; Tamires Roza e Elenice Malzone; Gléri Bahia; Larissa Hack; Nathalia Cordeiro; Lívia Salomão NUDEM; Leo Ribas; Avila Garrett; item um; **1) Boas Vindas da Presidente:** A Presidente Maria Isabel inicia a reunião cumprimentando a todas as presentes e agradece a presença de todas, e passa a palavra para a Mara fazer uma saudação, Mara cumprimenta a todas e passa para o item dois; item dois; **2) Apreciação e Aprovação da Pauta:** A Presidente lê a pauta do dia; Carmen explica que a Dra. Lívia Salomão tem que cumprir outras agendas e pede a inversão da ordem do item sete da pauta para adiantar a apresentação da Dra. Lívia, a Presidente pergunta se há objeção da inversão de itens e não havendo fica aprovado a Pauta e a inversão do item sete; A Presidente pergunta para a Mara se tem muitas informações do departamento, Mara diz que não, a Presidente pergunta se a Dra. Lívia poderia realizar a apresentação, e depois ser os informes do departamento, Mara concorda, não havendo objeções, a Presidente explica que logo após o item quatro será a apresentação da Dra. Lívia Salomão; item três; **3) Aprovação da Ata de Dezembro de 2020:** Ata aprovada, com a ressalva da correção do nome da colaboradora Janaina Plasido de Oliveira do MP; Após o terceiro item a Presidente dá as boas vindas para a Dra. Lívia e ressalta que ela irá falar de um tema muito importante que é a questão das gestantes no complexo médico penal de Pinhais e agradece a Vanessa que é assessora da Dra. Lívia, em seguida passa a palavra, conforme aprovação anterior da inversão dos itens da pauta; item quatro; **4) A situação do atendimento às gestantes que estão na condição de detentas no Complexo Médico Penal do Paraná em Pinhais:** A Dra. Lívia Salomão cumprimenta a todas e agradece a Carmem e a Vânia pela abertura do espaço, ela fala que a questão das gestantes no complexo médico penal é um tema muito importante, ela explica que a Dra. Andressa é quem atua especificamente

no complexo médico penal iniciou a atuação na metade do ano passado e começou a fazer atendimento as gestantes que estão presas, ela diz que a unidade penal é uma unidade penitenciária mas que também é uma unidade de saúde, que em tese tem presos com diversos tipos de doenças, que tem homens e mulheres em situação de câncer e que também passam por outras situações de saúde, que cumprem medidas de segurança, ou que estão em sofrimento mental e também todas as gestantes presas do Estado estão no mesmo complexo, ela fala que toda a mulher que cai em alguma situação em cumprimento de pena provisória ou definitiva, vão para o complexo médico penal, para que essas gestantes sejam encaminhadas para o CMP apenas no final da gestação, que deveriam ir a partir da 33^a/34^a semana de gestação semana de gestação, mas, que a realidade é outra, que todas as gestantes, indiferente de idade gestacional, são encaminhadas para o CMP, que atualmente tem cerca de onze gestantes no CMP, que este levantamento foi apurado na reunião que fizeram com uma enfermeira do CMP, que desde a metade do ano passado a Dra. Andressa tem recebido uma série de reclamações durante os atendimentos e que as gestantes relatam que elas não tem atendimento médico adequado, que por isso foi feito em conjunto com a Dra. Andressa uma recomendação para que o CMP e a Secretaria de Saúde aplicasse para essas gestantes o mesmo tratamento que é aplicado para as outras mulheres no Mãe Paraná, que tudo isso fosse preconizado para que as gestantes possam ter atendimento adequado, a Dra. Lívia diz que não pode ter diferenciação, que foi marcado uma reunião com a SESA, Pinhais e o CMP, a SESA enviou uma equipe técnica da 2^a Regional de Saúde, representada pela Sra. Lívia Perissé e a equipe do nível central da SESA, representada pela Sra. Lucimar Godoy da Divisão de Promoção da Equidade em Saúde) e Glauca Osis Gonçalves (Divisão de Atenção à Saúde da Mulher), que Pinhais enviou representante da secretaria de saúde municipal e que o CMP enviou uma enfermeira para representá-los, a enfermeira relatou a real situação, que é impossível que duas enfermeiras e um médico de conta das demandas e que os casos mais graves são encaminhados para hospitais especializados, mas, que, a precariedade é muito grande, ela diz que foi pedido para a SESA fazer uma capacitação dos profissionais, para que as enfermeiras e médicos do CMP, ela diz que encaminharam as recomendações para o DEPEN, a SESA, e a SMS de Pinhais e questionamentos para a SMS de Pinhais, questionando quais seriam as demandas e qual é a estrutura do CMP e que responderam que não teriam estrutura suficiente para as demandas, a Dra. Lívia diz que o NUDEM está trazendo essas questões para o CEDM para tentarem trabalhar em novas políticas públicas para melhor atender as gestantes, a Presidente diz que o CEDM pode verificar quais encaminhamentos pode ser feito em termos de solicitação e cita as representantes da SESA que se fazem presente na reunião para falarem, ela pergunta se a conselheira Carolina poderia falar, Carolina diz que responde pela área técnica de saúde da mulher, que trabalha junto com a segunda regional e que também é quem responde ao NUDEM com as questões de saúde e que todas as gestantes tem os mesmos direitos, que os atendimentos são regionalizados e tudo que existe de trabalho também é voltado para as gestante do sistema prisional e, vindo a necessidade de atendimento especializado, este atendimento se dá de acordo com seu território, que todos os treinamentos e

capacitações também se aplica para a equipe do CMP, que também existe um repasse para a SESP para ser destinado ao CMP, ela diz que estão sempre a disposição para todas as capacitações profissionais, a Dra. Lívia diz que o CEDM pode ajudar enviando questionamentos para os órgãos, questionando como está sendo realizado os atendimentos no sistema prisional e que o Estado precisa definir o que é o CMP e que de fato possa adequá-lo com estrutura mínima que possa atender as demandas que isso exige, que quanto mais entidades cobrarem os órgãos e pedirem essas informações mais irá facilitar as articulações, a Dra. Ana Cláudia pergunta quantos médicos existem para atender no Estado, Carolina diz que o número de médicos é de acordo com os municípios e as demandas de cada um e as especialidades, de acordo com a planificação, que o calculo é de acordo com o número de habitantes, a Presidente fala que realmente a demanda é muito grande para apenas um médico e duas enfermeiras atenderem, Carmen fala que a demanda é muito alta para poucos profissionais, que em 2019 visitou a penitenciária feminina com a Dra. Márcia e que havia um trabalho realizado através de um convênio com os Maristas, que possibilitava o acompanhamento e atendimento das mães detentas e seus filhos, por profissionais que orientavam as mães no cuidado com os bebês e que permitia que elas convivessem num ambiente salubre com seus filhos, que posteriormente este convênio expirou e que o trabalho deixou de ser feito e que os dados trazidos pela Defensoria mostram que está havendo um descuido em relação às detentas gestantes e mães por parte do DEPEN e que tem que haver uma cobrança por parte do CEDM, que o CEDM tem que pressionar sobre isso, ela diz que é preciso ter uma avaliação sobre o ambiente em que as gestantes vivem e de como elas estão sendo atendidas, a Dra. Ana Carolina sugere que o CEDM envie cobrança para a SESA sobre como os recursos estão sendo repassados e aplicados e a partir das respostas da SESA encaminhar ofício questionando a SESP, que eles sabem das dificuldades mas que a SESP não caminha para suprir as demandas, principalmente com a contratação de mais profissionais, Carolina explica que a SESA já fez a resposta conjunta, a Dra. Lívia diz que ainda não receberam a resposta, a Presidente diz que por diversas vezes o CEDM tentou reunião conjunta com a SESP e que nunca conseguiram ser atendidas, nem mesmo pela assessoria da SESP, que não é dado para a conselheira que representa a SESP no CEDM não tem autorização para falar em nome da SESP, que não é possível que o CEDM não tenha acesso de atendimento com a SESP, ficou acertado que o CEDM fará um documento sobre este problema à SESP e que para tal aguarda que a Defensoria receba a resposta da SESA aos questionamentos feitos pela Defensoria e encaminhe tal resposta ao CEDM, a Dra. Ana Claudia, responsabilizou-se por encaminhar a solicitação de uma reunião com a SESP sobre a situação das gestantes, Mara diz que é muito difícil conseguir reunião com a SESP, mas que a SEJUF está articulando a reunião com o Secretário de Segurança ou com alguém com poder de decisão que possa representá-lo, Silvana diz que devem considerar que este é um ano da saúde mental, ela pede que haja questionamentos sobre essa questão que a saúde mental em qualquer instância deve ser pautada com plano de aplicações de recursos, sejam humanos, financeiros, materiais, entre outros, que se façam necessários, neste sentido, a Presidente fala que essa pauta, como todas as outras, devem ser construídas em conjunto, não havendo mais a ser

tratado, a Presidente passa para o próximo ponto da pauta; item cinco; **5) Informes do Departamento:** A chefe do departamento, Mara Sperandio diz que tem boas notícias com relação ao botão do pânico, que conseguiram começar com o projeto piloto em Londrina e que já são sete municípios que avançaram com o dispositivo botão do pânico no aplicativo cento e noventa da polícia militar, ela diz que em breve será expandido para mais municípios pelo Estado, que a partir de julho devem voltar com o ônibus lilas, que já está sendo feito um protocolo de segurança e que já tem várias solicitações dos municípios, que agora estão com uma nova Desembargadora, a Dra. Ana Lúcia Lourenço e que em breve irão conhecê-la pessoalmente, ela diz que querem fazer atendimentos pelo disque denúncia mulher, voltado aos crimes virtuais, que, querem fazer o lançamento em março por ser o mês da mulher, que, com isso, poderão acolher e ajudar as mulheres que sofrem crimes virtuais e que isso será pelo CRAM, que também tiveram reunião com a Dra. Ana Cláudia e querem lançar em março o protocolo de Femicídio, mas, que ainda não receberam a resolução assinada, que se tudo der certo, em março poderão marcar, ela fala que irão fazer algumas lives pelo departamento no mês da mulher e pergunta se existe o interesse do CEDM em participar dessas lives e na construção conjunta de material de divulgação, como banner, Marcella fala que é uma boa notícia, a presidente observa o ponto de pauta no item oito e diz que Marcella pode colocar essas considerações lá, Mara fala do projeto sobre a banca de roupas, que é um grupo de mulheres que fazem consultoria de imagem para as mulheres que sofrem violência e que além da consultoria tem a doação de roupas, a Presidente pede para a Mara enviar a relação dos municípios que já estão com o botão do pânico e fala da importância do CEDM contribuir junto com o departamento, a Presidente abre para perguntas, não havendo nenhuma pergunta ela passa para o próximo ponto de pauta, item seis; **6) Processo de Conferências - municipais/regionais; estadual e nacional que deve ser apresentado pela Comissão de Organização da Conferência:** A Presidente fala do processo de conferências, que no ano passado tiveram três reuniões e foi constituído um Fórum Nacional com os Conselhos Estaduais e organismos de política para as mulheres e realizadas duas reuniões entre os Conselhos Estaduais e o Conselho Nacional, para avaliar as condições de realização do processo de conferências, quando foi ponderado que a terceira e quarta conferência tem deliberações que ainda não se transformaram em políticas da mulher e que o CEDM deve fazer este levantamento para não correr o risco de ter um retrocesso, ela fala que o processo de construção da conferência já era para ter sido no ano passado, e, por conta do Covid, foi prorrogado, que tinham uma expectativa que em março teriam parte da população vacinada, mas, que até agora, apenas dois por cento receberam vacinação, ela acha que seria difícil retomarem em abril e que enquanto pelo menos sessenta por cento da população não estiver vacinada será difícil controlar o vírus, que foi proposto para o final do ano processo de conferência e que ele fosse postergado novamente, que este ano fizessem essa análise da terceira e da quarta conferência, das deliberações que é legítimo fazer isso, que Santa Catarina já informou que não irá realizar a conferência e que vários outros estados estão declinando do processo de conferências, que informou o nacional que o CEDM/PR iria definir nesta reunião se iria participar ou não do processo de conferência, tendo feito essas

considerações a Presidente abre a palavra pedindo que sejam bem objetivas nas falas para excederem o horário e solicita que as que desejarem falar que façam as inscrições no chat, Clarisse diz que falou com a Eunice e as bancarias e que elas decidiram verificar formas de realizar com as comunidades quilombolas e outras comunidades e diz que elas enquanto conselho deviriam reunir as opiniões e o que ficou aprovado na conferência passada, caso não consigam organizar este ano para que possam fazer de maneira representativa e de forma que as conselheiras do Estado consigam apresentar todas as comunidades, tendo a opinião de todas nesta conferência, Carmen diz que é uma situação bem complicada e desde o começo tem se posicionado pelo adiamento, ela diz que os prazos estão muito apertados, principalmente para os municípios em meio a esta pandemia, ela diz que é muito precário pensar num processo de conferência nessas condições, que mais que nunca teriam que ter a participação das mulheres, até mesmo pelo momento político e nessa situação, correm o risco de não ter participação das mulheres, dona Rosalina diz que o conselho de Londrina tem que fazer a conferência para eleger o novo conselho e também refazer a revisão do plano municipal de acordo com o estadual, ela diz que o próximo ano é muito difícil organizar um processo de conferência por ser ano eleitoral, ela diz que Santa Catarina e Rio Grande do Sul estão desmotivando a política da mulher, que é preciso apresentar no conselho o apoio das reginais e defende a realização da conferência, a Presidente propõe que seja feita a apresentação da comissão da conferência e passa para que a Marcella realize a apresentação, Marcella diz que estão correndo contra o tempo para realizar o processo da conferência e que é bem importante a participação dos municípios, a Presidente cita os municípios que estão participando da reunião, Paiçandu, Curitiba, Colombo e Cascavel, Marcella diz que na conferência do CEDCA houve muitas dificuldades em participação nos diálogos, que de forma virtual não conseguiram promover a participação de fato, ela fala das plataformas, que poderia ser utilizadas para realização da conferência virtual algumas plataformas e se decidirem pela realização da conferência precisam definir o regimento e os escritórios regionais, as universidades e as entidades da sociedade civil precisam abrir os espaços e fazer a sistematização destas propostas porque se for realizar online vão receber muitas propostas, que precisam fazer a definição do orçamento e a adaptação da nova realidade, que precisam levantar valores com a CELEPAR e sugere que a realização da conferência híbrida seja entre dezesseis a dezenove de agosto e que as ferramentas para realizar a conferência virtual seja transmitida nos canais oficiais e também nas redes sociais, ela sugere, para dar mais condições de ampla participação para as mulheres que estão muito distantes que fosse disponibilizado wi-fi nos escritórios regionais, que essa seria uma maneira de resolver a questão de acesso, para as mulheres participar ativamente, ela diz que teria que haver a disponibilização de recursos para transporte, hospedagem e alimentação, caso fosse preciso, que o foco é a igualdade e que se forem realizar a conferência terão muitos desafios, principalmente com as questões financeiras e jurídicas, ela diz que estão aguardando resposta da CELEPAR para resolver essas questões de tecnologia, a Presidente diz que nos municípios a ideia seria que eles conseguissem fazer salas com grupos pequenos de mulheres para discutirem eixos da conferência, que só conseguiriam ter uma conferência estadual que fosse legítima se

tivessem essas propostas iniciais vindas dos municípios de uma maneira no mínimo híbrida, onde pudessem escutar as mulheres que estão mais vulnerabilizadas e que se forem fazer virtual podem até fazer com mil delegadas, mas, que teria que garantir que todas pudessem ter como votar e que os grupos de discussões em cima das propostas dos municípios de forma sistematizada, que em cima de três eixos poderiam ter de trinta a quarenta mulheres cada grupo, que seria em cima das propostas dos municípios e que devem fazer parcerias com as entidades, mas, que precisam decidir no conselho, Silvana diz que deve ser separado as etnias, ela diz que precisam de convênios para infraestrutura e que por enquanto tem muitas pessoas nas casas e que teriam que pensar se essas pessoas teriam como fazer parte, que sera um desafio, a Dra. Ana Cláudia diz que se preocupa se o CEDM não participar e alguns conselhos interpretarem como não sendo importante a participação nas conferência e que não existe interesse dos estados em participar deste processo, ela diz que outra razão é que elas tem o compromisso com várias demandas, que devem levantar quais são as dificuldades para levarem para a conferência nacional como um tópico que precisa ser trabalhado e que existem muitas demandas, mas, que se não participar, irão perder a oportunidade de levarem essas demandas, que o desafio sera muito grande, mas, que no final, tera valido a pena, ela diz que vale a pena todos os esforços, Isabela diz que o conselho de Paranaíba conseguiu articular muitas coisas importantes, que já se reuniram este ano e que entende as dificuldades de acesso, mas, que neste momento, é o momento de ocupar todos os espaços existentes, ela diz que este é um momento crítico, mas, que vale a pena fazer a conferência e se coloca disposição, a Presidente fala da importância de ter representantes de cada município, pelo menos duas ou três delegadas de cada município, Clarice diz que precisam ver as possibilidades dos conselhos municipais, as particularidades e as possibilidades de passar essas informações para os municípios e perguntar quais teriam possibilidade de fazer, a Presidente diz que teriam que fazer um levantamento dos conselhos ativos, que no ultimo levantamento tinham apenas sessenta conselhos ativos, que teriam que atualizar este levantamento mas que não deve ter mudado muito, ela diz que precisam da parceria dos municípios, Márcia da APP diz que precisam dar mais tempo para os municípios se organizarem até chegar a vacinação nos grupos mais fragilizados, dessa forma eles teriam mais condições de participação, Mary agradece pelo convite para que Cascavel pudesse participar e diz que é muito importante que exista um prazo maior para os municípios e se coloca a disposição para contribuir para uma conferência ampla, dona Rosalina diz que os convites devem ser encaminhados para todos os conselhos, Mara diz que deve ser respeitado todas as opiniões, mas, que esta preocupada em deixar a conferência para o próximo ano tendo em vista ser ano eleitoral, que existe uma disposição do setor de informática da SEJUF em ajudar no processo da conferência, ela diz que se preocupa em perder a oportunidade de realizar a conferência, Marcella fala do link que criou para um teste de votação virtual e colocou no chat, a Presidente diz que, como teste, pode fazer, a Presidente propõe que se faça uma consulta aos municípios e ao mesmo tempo encaminhem ofício para o nacional falando dos prazos e assim que tiverem resposta que seja agendado uma reunião extraordinária para tomar uma decisão, que não podem decidir sem ter as respostas e que deve ser

dado o prazo máximo de quinze dias para responderem, ela diz que este é um trabalho de ligar para os municípios cobrando a resposta deve ser feito pelo departamento, dona Rosalina diz que talvez a comissão e o conselho organizassem uma resposta que motivasse os municípios para realizarem o processo de conferência, Mara diz que pode ser usado os vinte e quatro escritórios regionais para realizar essa consulta aos municípios, a partir dos prazos que o CEDM estipular, a Presidente diz que é importante o conselho chegar num consenso e fala da reunião do nacional para definir os prazos e que pode ser que as decisões do nacional mude após essa reunião, dona Rosalina diz que o CEDM precisa definir qual é o prazo dos municípios, que os prazos estão muito em cima, a Presidente que as correspondências aos municípios será explicando os prazos e que estes prazos teria que ser dilatados, mas, que não tem certeza que serão, que entende que deve ser o mais presencial possível, dentro das determinações da SESA, que precisam que os municípios se empenhem nesta construção, em função de tudo que esta acontecendo, que os municípios devem fazer a conferência, dona Rosalina diz que primeiro precisam definir se terá a conferência estadual, que isso tem que ficar claro, a Presidente diz que não tem garantias que terão orçamento e por isso não tem como definir nesta reunião, que a maioria dos municípios estão com muitas dificuldades, que precisam verificar se poderão usar o recurso para as plataformas virtuais e se poderão contar com os municípios para que eles façam o trabalho de base, de escutas as mulheres, que é onde vão sair as propostas reais e que devem ouvir os municípios, mesmo os que não tem conselho ativo e, só após a resposta dos municípios, devem realizar nova reunião com mais elementos para poderem definir, a Presidente diz que tem medo que tomem uma decisão precipitada, ela fala dos encaminhamentos que devem ser realizados, que os escritórios regionais devem ser responsáveis por cobrar as respostas, que devem ligar para os municípios cobrando, ela pede para Marcell ficar em contato com a Mara sobre a forma de utilização das plataformas e pede para a Tânia verificar junto da PGE o que precisam para a aprovação do uso do recurso, que a comissão pode realizar uma reunião antes da reunião extraordinária, não havendo mais falas sobre este ponto da pauta, a Presidente passa para o próximo ponto; item sete; **7) Capacitação do Formulário:** Carmen explica que não solicitou este ponto de pauta, que apenas havia feito comentário na última reunião, a Presidente pede que desconsiderem este ponto de pauta e passa para o próximo ponto; item oito; **8) Discussão e organização do processo de monitoramento e avaliação do Plano Estadual dos Direitos da Mulher:** Carmem fala sobre a avaliação do plano estadual, que seria apenas discutir sobre a importância de fazer algumas adequações, a Presidente diz que é importante levantar essa discussão em outro ponto de pauta, Carmen concorda, a Presidente passa para o próximo ponto; item nove; **9) Discussão como se dará a participação do Conselho em relação ao 08 de março:** A presidente diz que é muito pouco tempo para trabalhar sobre o ponto oito M e concorda com a fala da Marcell e da Mara em trabalhar uma pauta conjunta, Carmen propõe que seja feita uma reunião com a diretoria para tratar deste ponto de pauta, Marcell diz que a ideia da participação conjunta é muito importante, Isabela sugere que no momento da discussão do oito M ter a participação dos conselhos

municipais, a Presidente diz que todos os materiais que foram criados pelo conselho deve estar na página, que isso é muito importante, não havendo mais a tratar sobre este ponto de pauta, a Presidente passa para o próximo ponto; item dez; **10) Informes Gerais:** A Presidente fala da reunião com o CEDCA, que o CEDM foi convidado para participar e passa a palavra para as que participaram poder fazer um breve relato de como foi, Isabela diz que gostou muito de ter participado da reunião, que foi muito interessante conhecer os números e algumas questões muito particulares e complexas, a Presidente diz que os números são assustadores e que seria muito importante que fosse organizado um grupo para realizar ações e debates para propor a existência de acompanhamentos para as meninas que sofrem estupro presumido, que, inclusive, essas meninas devem receber acompanhamento psicológico, que isso seja colocado como Estupro Presumido e assim que o grupo se constituir, o CEDM ira indicar uma titular e uma suplente para acompanhar este trabalho; a Dra. Ana Cláudia diz que fez um breve contato com o DEPEN e que eles disseram que podem atendê-las para ver a situação das gestantes, que já poderiam levar o ofício, ela diz que o DEPEN abriu essa oportunidade para elas, não havendo mais nenhuma colocação nos informes gerais, a Presidente passa para o último ponto da pauta; item onze; **11) Palavra das Conselheiras:** Célia fala que a Rede de Mulheres Negras do Paraná esta comemorando quinze anos, a Presidente comenta que a abertura foi linda e do orgulho que ela sente em ter ajudado a colocar na presidência do CONSEA/PR a Angela Martins da RMN, a primeira presidenta negra, a Presidente observa se existe mais manifestações de palavras e, não havendo mais nenhuma manifestação, ela se despede, agradecendo a participação de todas, dando encerramento a Reunião Ordinária. Esta ATA foi desgravada pela Secretária Executiva, Fernanda Marchione e, será encaminhada as conselheiras para contribuições, depois de aprovada em reunião plenária será publicada e publicizada no site do CEDM/PR.